



“DIETA DO SEXO” - DISCURSOS SOBRE FEMININO/MASCULINO EM UMA PROPAGANDA DE PRESERVATIVOS: MEMÓRIA DISCURSIVA, INTERPRETAÇÃO E DESLIZAMENTO DE SENTIDOS

Verônica Rodrigues Times¹

Texto e Discurso: delimitando o lugar teórico

Queremos refletir, neste trabalho, sobre interpretação e deslizamentos dos sentidos, sobre como sempre o sentido pode ser outro dependendo da formação discursiva em que é produzido, bem como o papel da memória discursiva e da ideologia no deslizamento e na contenção dos sentidos. Essa reflexão situa-se na perspectiva teórica da Análise do Discurso, tal como foi proposta por Michel Pêcheux e seu grupo, na França, e tal como tem sido praticada por Eni Orlandi e os pesquisadores por ela formados no campo brasileiro da Análise do Discurso (AD). Dito isso, vejamos como a noção de texto é construída por essa teoria, qual a relação entre texto e discurso e como se pode pensar o texto a partir dessa perspectiva.

Primeiramente, o texto não é concebido como um objeto fechado, acabado, homogêneo e transparente, mas sim como um *efeito*, um *objeto sócio-histórico*, dotado de *incompletude*, onde o *linguístico intervém como pressuposto*. Atravessado por várias formações discursivas, o texto é tomado como uma *unidade* (ou efeito de unidade) *de análise* (ORLANDI, 1987, p. 158) para se chegar ao funcionamento do *objeto de análise* da teoria discursiva - o discurso. Já o conceito de discurso também se difere do de fala, diálogo ou enunciado. Conforme Pêcheux (1997 [1969], p. 82), o discurso pode ser definido como “efeito de sentidos” entre “lugares determinados na estrutura de uma formação social”. Em Orlandi (1987, p. 157), temos o discurso como “efeito de sentidos entre interlocutores”.

A AD procura diferenciar o seu olhar sobre o texto recusando-se a ser uma análise de conteúdo, ou seja, a trabalhar com o texto - bem como com os sentidos, o sujeito e a linguagem - como um objeto acabado, completo, finito, conforme nos explica Orlandi (2012, p.17):

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?

Percebemos que ocorre aí um deslocamento da questão até então colocada pela análise de conteúdo: se passa do “o quê” para o “como”. Desse modo, também a noção da leitura e, conseqüentemente, a noção de interpretação, são repensadas. Assim, uma análise discursiva não se

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS



propõe a extrair sentidos dos textos. Isso porque o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, não é dado, nem está encoberto esperando ser desvendado, ou seja, os sentidos não estão no texto em si, eles são produzidos. Diferencia-se assim da proposta feita pela Linguística Textual em que os sentidos estão presentes nas relações internas do texto e podem ser cognitivamente ativados pelo conhecimento linguístico (competência textual) dos leitores, portanto, os sentidos podem ser decodificados.

Assim como a Teoria da Enunciação, a AD também convoca a exterioridade para se pensar o processo de produção de sentidos de um texto, mas de um modo diferente daquela: esse externo (que também é constitutivo dos sentidos, portanto, interno linguisticamente) tem a ver com um contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo que o contexto intersubjetivo proposto naquela teoria. Isto é: à AD interessa investigar a historicidade e a ideologia (exterioridade constitutiva tanto do sujeito quanto do texto) que produzem efeitos de evidência de sentidos, de transparência, de homogeneidade, de unicidade do texto. Para isso, convoca-se a noção de condições de produção dos efeitos de sentido.

Outro aspecto importante a salientar é que a AD entende a leitura como uma interação não do leitor com o texto (relação sujeito-objeto), mas do leitor (na posição de sujeito-leitor) com outro(s) sujeito(s) (leitor virtual, autor, etc.) através do texto (ORLANDI, 2008, p.09). Ou seja, o analista de discurso se debruça sobre o que será analisado ciente de que sua leitura é afetada por sua inscrição histórico-ideológica em uma formação discursiva, e de que não tem domínio sobre a própria interpretação. Tendo a perspectiva de que a leitura é “produzida” (Ibid., p.8), o analista deve explicitar as condições de produção de sua leitura, mobilizando dispositivos teóricos e dispositivos analíticos de acordo com as questões que desencadearão a análise. Deve trabalhar, então, com os limites da interpretação, seus mecanismos, suas margens, não estacionando nela, teorizando sobre ela tendo como pressuposto que não há um sentido verdadeiro ou único a ser alcançado:

Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem (...). Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual à outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais. (ORLANDI, 2012, p. 27)

Desse modo, não pretendemos, com este trabalho, extrair sentidos do texto analisado, até porque, para a AD, o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, não é dado, nem está encoberto esperando ser desvendado. Antes, tomaremos algumas marcas linguísticas como pistas para investigarmos a historicidade e as formações discursivas que produzem efeitos de evidência de sentidos, de transparência, e refletiremos sobre as condições de produção que levaram a esses efeitos.

Interpretação: memória e ideologia funcionando nos deslizamentos de sentidos

Seguindo essa perspectiva, ao depararmos com o material a ser analisado (um texto-propaganda intitulado “Dieta do Sexo”, publicado por uma empresa de preservativos na rede social “Facebook” em julho deste ano), em nosso gesto de leitura, formulamos a seguinte questão: “Como esse texto significa ou como produz sentidos em diferentes leituras?”. Ou seja, se os sentidos não estão prontos na estrutura da língua, o que faz com ele seja interpretado de diferentes maneiras?



Nossa questão sobre a interpretação desse texto se dá em razão de que a sua leitura causou uma grande polêmica na internet e fora dela, principalmente quanto à leitura/interpretação do termo “consentimento”, ao ponto de a empresa retirar a propaganda que havia postado em sua página na rede social, explicando-se sobre suas intenções e alegando não ter percebido que o texto veiculado permitia dupla interpretação: “Lamentavelmente, esses trechos permitiam dupla interpretação, o que não foi previamente percebido pela empresa”².

Perguntamo-nos, então: seria possível haver somente uma interpretação? Se os sentidos podem sempre ser “deslizados” ou “deslocados” a cada leitura, isso não é possível. E o que leva a empresa a pensar que seria? Esse sentimento tem a ver com duas formas de esquecimento no discurso, que vão de um nível mais superficial (semi-consciente) a um nível mais profundo (inconsciente). Vejamos:

² Texto disponível em <<http://www.useprudence.com.br/ultimas/noticia/comunicado-prudence>>. Acesso em 31 de julho de 2012.



A) O esquecimento número dois: Da ordem da enunciação e do semi-consciente. Ao falarmos, esquecemos que o que dizemos pode ser dito de outra forma, com outras palavras. Temos uma “impressão”, ou uma “ilusão referencial” que “nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo” (ORLANDI, 2012, p. 35). Desse modo, ao falar, “Tirando a roupa dela: com o consentimento dela / sem o consentimento dela”, o locutor demonstra, no plano parafrástico, a consciência de duas possibilidades de dizer sobre o ato de “Tirar a roupa dela”, e ao mesmo tempo esquece outras possibilidades de dizer isso como, por exemplo, “com a vontade dela / sem a vontade dela” → “sem resistência dela / com resistência dela” → “com permissão dela” / “sem permissão dela”. Podemos dizer que também entram nesse nível de esquecimento as possibilidades coesivas de complementação sintática, como a elipse que se dá na ligação entre as formulações, graficamente representada pelas linhas pontilhadas (“.....”). Aí se teria uma supressão do que se poderia compreender por “equivalência de gastos calóricos”, enunciado produzido em situações de “dieta”.

B) O esquecimento número um: Da ordem do ideológico e do inconsciente. Trata-se do modo como a ideologia nos afeta ao ponto de produzir em nós a ilusão de que os sentidos do que dizemos são originados em nós. Assim, esquecemos que os sentidos já vêm determinados sócio-historicamente pela formação discursiva com a qual nos identificamos ao falar. É isso que nos possibilita dizer algo tão certos de sua interpretação única, pois estamos de tal forma identificados com um já-sabido ou já-dito que não nos damos conta de que, em outro posicionamento ideológico, o mesmo dito recebe sentidos diferentes que afetam nosso interlocutor.

Portanto, é trabalho da ideologia fazer com que o sujeito, ao dizer, esqueça que os sentidos não estão nele e tenha a ilusão de que há uma única interpretação para o que diz. No texto em análise, a partir de uma perspectiva discursiva, podemos afirmar, então, que os dizeres ali presentes não são apenas mensagens a serem decodificadas. E é por isso que, em um gesto de interpretação, os efeitos de sentido produzidos aí remetem a uma memória discursiva que aciona já-ditos sobre os sujeitos masculino e feminino em uma relação sexual.

Por um lado, percebemos que os já-ditos desse texto remetem a saberes de uma cultura heteronormativa (apagando outras possibilidades de relação sexual que não sejam entre um homem e uma mulher). Por outro lado, remetem a saberes de uma valorização do desejo sexual masculino em detrimento do desejo sexual feminino. São saberes que sustentam já-ditos como: “mulheres gostam de fazer charminho”, “é preciso convencer uma mulher a ter relação sexual”, “é preciso insistir no convencimento da mulher”, “a mulher, ao dizer ‘não’, está, na verdade, dizendo ‘sim’”, entre outros que naturalizam uma espécie de má-vontade da mulher em relação ao sexo e a necessidade de uma insistência para a efetivação do desejo masculino.

No texto “Dieta do Sexo”, verificamos uma plena identificação com esses saberes. Primeiramente, porque a propaganda parece direcionada ao homem, sendo ele o principal agente da relação sexual, o que pratica as ações dos verbos, o personagem que precisa insistir para conseguir



satisfazer seu desejo sexual. Já a mulher, ao ser colocada como “não-pessoa” (“dela”, “pra ela”), como assunto que sustenta as ações do interlocutor da empresa, vem confirmar a falta de desejo sexual feminino.

Assim, a mulher desse texto não tem desejo sexual por vontade própria. As ações a ela atribuídas vão no sentido inverso ao interesse masculino (“sem o consentimento dela” e “apanhando dela”). Portanto, a identificação com os saberes apontados anteriormente faz com que a interpretação seja evidente, única, para quem os reproduz. Desse modo, a sequência discursiva “sem o consentimento dela [equivale a] mais gasto de calorias”, pode ter efeitos de sentidos, para o sujeito que também se identifica com aqueles saberes, de confirmação desses saberes: o homem tem mais desejo sexual do que a mulher, daí a necessidade de insistência do homem para com a mulher na relação sexual.

No entanto, sabemos também que esses saberes entram em colisão com outros oriundos de uma luta pelo reconhecimento da mulher como sujeito de vontades, de desejos. Na formação desses saberes, organizam-se também já-ditos que se opõem à lógica anteriormente apresentada. Desnaturaliza-se a ideia do corpo feminino como um algo a ser utilizado para satisfazer o desejo sexual de outrem. A mulher tem domínio sobre o seu próprio corpo e o ato sexual praticado “sem o consentimento dela” configura-se como violência aos seus desejos.

Verificamos que esses saberes materializam-se nos dizeres da Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009 (Dos crimes contra a liberdade sexual). Temos aí, configurado como “estupro”: “Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. E como “violência sexual mediante fraude”: “Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima.”

Desse modo, os efeitos de sentido sobre “sem o consentimento dela” são outros. Se a mulher tem livre manifestação de sua vontade, os discursos de uma “necessária insistência sobre a mulher” sustentam também uma lógica de “violência contra a mulher”. Lógica esta que precisa ser desnaturalizada em nossa sociedade. E se os agentes da relação sexual apresentada nesse texto fossem invertidos? Se fosse a mesma propaganda voltada para mulheres, o discurso seria o mesmo?

Para um efeito de fechamento

Ao longo do nosso percurso, neste trabalho, refletimos sobre como se dá a noção de texto e de discurso para a Análise do Discurso e como se pode trabalhar a exterioridade constitutiva dos sentidos do texto. Percebemos que um texto significa a partir de suas condições de produção, ou seja, a partir dos sujeitos envolvidos, da situação enunciativa em que ele é apresentado, de seu contexto sócio-histórico (portanto ideológico) e da memória discursiva (aí compreendidos os esquecimentos números dois e um) que sustenta e recupera os já-ditos do interdiscurso.



Nossa questão quanto à interpretação do texto analisado levou-nos a pensar como os sentidos não são únicos, não estão prontos na estrutura da língua de forma que possam ser simplesmente decodificados. Na linguagem em funcionamento, os sentidos deslizam, deslocam-se de acordo com a formação discursiva em que se inserem e de acordo com o modo de identificação do sujeito com essa formação discursiva. Ou seja, a tentativa de contenção dos sentidos é uma ilusão da unicidade do sujeito e dos sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei Federal nº 12.015, de 07 de agosto de 2009. Ministério da Justiça. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>>, acesso em julho/2012.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. pp. 153- 162.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987. 2ª ed.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez, 2008. 8a. Edição.

_____. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012. 10ª ed.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD - 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.